

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.519 - PR (2018/0290711-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO**
REPR. POR : **MARCIA REGINA CALVANO MACHADO**
ADVOGADOS : **DARIO BORGES DE LIZ NETO - PR031148**
 BRUNO SILVA NAVEGA E OUTRO(S) - RJ118948
RECORRIDO : **RAFAEL MENEZES SILVA**
ADVOGADO : **SÉRGIO EDUARDO CANELLA E OUTRO(S) - PR029551**
RECORRIDO : **DONIZETE GERALDINO - TRANSPORTE E LOCAÇÃO**
ADVOGADO : **DELY DIAS DAS NEVES E OUTRO(S) - PR014778**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS - EM LIQUIDAÇÃO com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assim ementado:

"AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, MORAL E ESTÉTICO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. INSURGÊNCIA DAS PARTES. APELO DO AUTOR (1). MAJORAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL PARA TRINTA MIL REAIS E D PARA VINTE MIL REAIS POR DANO ESTÉTICO. VALORES QUE SE RELEVAM MAIS ADEQUADOS ANTE A REALIDADE DO CASO CONCRETO, DIANTE DA EXTENSÃO DO SOFRIMENTO FÍSICO SOFRIDO PELA VÍTIMA. VERBA HONORÁRIA ARBITRADA EM CONFORMIDADE COM OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NO ART. 20, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/73. APELO DA RÉ (2). EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO OU DE PREPOSIÇÃO ENTRE A RÉ E O CONDUTOR DO VEÍCULO LOCADO POR UM DOS MEMBROS DO GRUPO MUSICAL AO QUAL INTEGRA A VÍTIMA. RESPONSABILIDADE DA RÉ QUE SE PERFAZ ANTE A RELAÇÃO DE PROPRIEDADE EXERCIDA SOBRE O BEM E O RISCO NA ATIVIDADE ECONÔMICA DESENVOLVIDA. SOLIDARIEDADE LEGAL, SEM PREJUÍZO DE EVENTUAL AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE REGRESSO CONTRA O CAUSADOR DO DANO. ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REDUÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL E ESTÉTICO. INVIABILIDADE. CRITÉRIOS DA PROPORÇÃO E RAZOABILIDADE OBSERVADOS FRENTE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. LUCROS CESSANTES SUFICIENTEMENTE DEMONSTRADOS. APELO DA LITISDENUNCIADA (3). CONCESSÃO DA GRATUIDADE PROCESSUAL. EMPRESA SEGURADORA QUE SE ENCONTRA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO DA VERBA DA SUCUMBÊNCIA.. INDEFERIMENTO. DESNECESSIDADE DA SUSPENSÃO DO PROCESSO. DETERMINAÇÃO QUE SE LIMITA ÀS AÇÕES EXECUTIVAS AJUIZADAS CONTRA EMPRESA EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. AGRAVAMENTO DO RISCO DE ACIDENTE POR PARTE DE TERCEIRO QUE NÃO EXCLUI O DEVER DA SEGURADORA EM INDENIZAR O SEGURADO, PORQUANTO ESTE NÃO PARTICIPOU

DIRETAMENTE DO EVENTO DANOSO. INVIABILIDADE DA REDUÇÃO DOS VALORES DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E ESTÉTICO. LUCROS CESSANTES DEMONSTRADOS. PREJUÍZO A SER INDENIZADO DE ACORDO COM A CLÁUSULA QUE PREVÊ O PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANO MATERIAL, NOS LIMITES DA APÓLICE. EXCLUSÃO PARCIAL DAS QUANTIAS PAGAS PELA VÍTIMA A TÍTULO DE ALIMENTAÇÃO E SUPERMERCADO EIS QUE PERFAZEM GASTOS ORDINÁRIOS, SEM APRESENTAR NEXO CAUSAL COM O ATO ILÍCITO. RECURSO -DO AUTOR PROVIDO E DA LITISDENUNCIADA PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO DA RÉ NÃO PROVIDO" (e-STJ fls. 1.507/1.509).

Nas razões do especial, a recorrente alega as seguintes violações com as respectivas teses:

- i) artigo 1.022 do CPC/2015 - o acórdão recorrido é omissos quanto a questões essenciais para o deslinde da causa;
- ii) art. 757 do Código Civil - não pode ser imputada responsabilidade pelo pagamento de indenização por risco não abrangido na cobertura securitária;
- iii) art. 18, "d" e "f", da Lei nº 6.024/1974 - necessidade de suspensão da fluência dos juros e da correção monetária a partir da decretação da liquidação extrajudicial.

É o relatório.

DECIDO.

De início, verifica-se que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar em parte.

No tocante à violação do artigo 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. MANIFESTO CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, pois manifestam nítido caráter infringente, não apontando quaisquer das hipóteses do art. 1022 do CPC/2015.

2. A controvérsia foi correta e integralmente solucionada, com fundamento suficiente e em consonância com entendimento deste Tribunal, razão por que não se configura erro material, omissão, contradição ou obscuridade, tampouco negativa de prestação jurisdicional.

3. Embargos de Declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp 840.702/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 08/09/2016)

Quanto ao artigo 757 do CC o Tribunal de origem condenou a ora recorrente ao pagamento de indenização securitária, com base nos seguintes fundamentos:

"O principal argumento da ré é a suposta ausência de responsabilidade porque quem deu causa ao evento danoso foi o motorista contratado diretamente por Marlon Tumushi enquanto integrante da banda, qual seja, Valdemir Rodrigues - que foi excluído da lide por decisão interlocutória - sem que com este possuísse qualquer relação de emprego ou de preposição com a ré.

Ocorre que essa alegação é insuficiente para afastar o dever de indenizar da ré, porquanto o risco de acidente é inerente ao contrato de locação celebrado entre ela e o terceiro Marlon. Tumushi, bem como de seu vínculo de propriedade existente sobre o bem, ainda que o terceiro Valdemir Rodrigues tenha sido eventualmente contratado pelo locatário para conduzir o veículo, de modo que a proprietária/locadora deve responder objetivamente pelo evento danoso, sem prejuízo de eventual ajuizamento de ação regressiva contra o causador do dano, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

Ademais, a ré tacitamente concordou que terceiro conduzisse o veículo, além de ter demonstrado conhecimento dos riscos do empreendimento, eis que informou o locatário acerca da cobertura de danos contra passageiros, conforme cláusula primeira do contrato de locação" (e-STJ fls. 1.515/1.516).

Com efeito, rever tais conclusões, a partir da tese de que há cláusula expressa de exclusão de cobertura securitária livremente pactuada entre os contratantes, demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias dos autos e de cláusulas contratuais, o que é inviável no recurso especial pela incidência das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PREQUESTIONAMENTO. COBERTURA DE DANOS CORPORAIS. AUSÊNCIA DE EXCLUSÃO EXPRESSA DE DANOS MORAIS. SÚMULAS 5, 7 E 402/STJ. AGRAVO INTERNO CONHECIDO EM PARTE. NÃO PROVIDO.

(...)

3. *Eventual reforma do acórdão recorrido quanto à inexistência de exclusão expressa de danos morais demandaria reexame de matéria fática (Súmulas 5 e 7/STJ).*

4. *Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 782.388/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017).*

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. ACIDENTE. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO PARA DIRIGIR. AGRAVAMENTO DO RISCO NÃO RECONHECIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. CONCLUSÃO ACERCA DA INEXISTÊNCIA DE CLÁUSULA

CONTRATUAL EXCLUINDO A COBERTURA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5, 7 E 83/STJ. RECURSO IMPROVIDO.

1. Tendo o Tribunal de origem concluído que no contrato firmado não há cláusula que exclua a indenização em acidente sofrido por segurado sem a devida habilitação para dirigir, bem como que este fato não contribuiu para a ocorrência do infortúnio, a inversão do julgado encontra óbice nos enunciados n. 5 e 7 da Súmula desta Casa. Ademais, é compreensão do Superior Tribunal de Justiça que a ausência de habilitação para dirigir não configura, por si só, o agravamento intencional do risco por parte do segurado, apto a afastar a obrigação de indenizar da seguradora. Incidência do enunciado n. 83 da Súmula desta Corte.

2. Agravo interno improvido" (AgInt no AREsp 990.103/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 2/2/2017, DJe 9/2/2017).

Entretanto, no pertinente à alegada contrariedade ao art. 18, da Lei nº 6.024/74, assiste razão à recorrente.

Recentemente esta questão foi apreciada pela eg. Terceira Turma no REsp 1.646.192/PE desta relatoria assim ementado:

"RECURSO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. OBRIGAÇÕES. JUROS MORATÓRIOS. SUSPENSÃO. TERMO INICIAL. DECRETO DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECONHECIMENTO.

1. *Fica suspensa a fluência de juros contra a instituição financeira, sejam legais ou contratuais, a partir do decreto de liquidação até o pagamento do passivo. Na hipótese de sobejar alguma quantia após a satisfação do principal, os juros serão pagos respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores. Precedente.*

2. A princípio, a Lei nº 6.024/1974 suspendia a incidência de correção monetária sobre as dívidas da instituição financeira em liquidação extrajudicial. Porém, o art. 18, 'f', da referida lei foi modificado, no ponto, pelo Decreto-Lei nº 1.477/1976, que prevê a incidência de correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades sob regime de liquidação extrajudicial.

3. A distribuição dos ônus sucumbenciais está relacionada com a quantidade de pedidos requeridos na demanda e o decaimento proporcional das partes em relação a cada pleito. O acolhimento de apenas um dos pedidos dentre dois realizados implica sucumbência recíproca.

4. *Recurso especial parcialmente provido".*

(REsp 1.646.192/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/3/2017, DJe 24/3/2017)

Conforme se verifica do mencionado julgado, extraiu-se da interpretação do art. 18, alínea "d" da Lei nº 6.024/1974 a conclusão que a partir do decreto de liquidação não correm juros contra a instituição financeira, sejam legais ou contratuais, até o pagamento do passivo. A regra encontra assento no entendimento de que se deve tentar satisfazer o principal devido ao maior número de credores da massa, respeitada a ordem de classificação dos

créditos, para somente depois, caso sobejar alguma quantia, sejam pagos os juros, também dentro da ordem do quadro geral de credores.

Nessa linha, o seguinte precedente desta Corte:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM SEGUNDA FASE. JUROS MORATÓRIOS. SUSPENSÃO DA FLUÊNCIA. LEI N. 6.024/74. PROVIMENTO.

1. Na liquidação extrajudicial, a exemplo do que ocorre durante o processamento da falência (Lei 11.101/2005, art. 124), os juros, sejam eles legais ou contratuais, têm sua fluência suspensa por força do art. 18, 'd', da Lei n. 6.024/74.

2. O motivo da suspensão da fluência dos juros é uma presunção legal, de caráter relativo, de que o ativo não é suficiente para o pagamento de todos os credores. Assim, após a satisfação do passivo aos credores habilitados, e havendo ativo que os suporte, serão pagos os juros contratuais e os legais vencidos durante o período do processamento da falência ou liquidação extrajudicial.

3. Recurso especial conhecido e provido."

(REsp 1.102.850/PE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/11/2014, DJe 13/11/2014)

Já quanto à correção monetária, é certo que, inicialmente, a Lei nº 6.024/1974 suspendia sua incidência. Porém, o art. 18, "f", da referida lei foi alterado, no ponto, pelo Decreto-Lei nº 1.477/1976, que em seu artigo 1º, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.278/1985, assim dispõe:

"Art. 1º - Incide correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades a que se aplica a Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, submetidas a regime de intervenção, liquidação extra-judicial ou falência. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.278, de 1985)

Parágrafo único - O disposto neste artigo, abrange também as operações realizadas posteriormente à decretação da intervenção, liquidação extra-judicial ou falência, referentes a qualquer tipo de obrigação passivas, contratual ou não, inclusive as penas pecuniárias por infração a dispositivos legais. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.278, de 1985)."

Nesse contexto, os juros moratórios devem ficar suspensos a partir do decreto de liquidação extrajudicial da instituição financeira, voltando a ser exigíveis caso o ativo seja suficiente para o pagamento do principal, respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores. Todavia, deve ser mantida a incidência da correção monetária nos moldes estabelecidos pelo acórdão recorrido.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para suspender a

cobrança dos juros moratórios a partir do decreto de liquidação extrajudicial da seguradora, voltando a ser exigíveis caso o ativo seja suficiente para o pagamento do principal, respeitada a ordem estabelecida no quadro geral de credores.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 07 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

